

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Comitê Gestor

Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

**PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO DE
RECURSOS – PAAR 2012**

Brasília, fevereiro de 2012

COMITÊ GESTOR DO FUNDO CLIMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Francisco Gaetani
Carlos Augusto Klink

CASA CIVIL PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Felipe Taufik Daud
Leiza Martins Makay Dubrugas

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Sérgio Eduardo Weguelin Vieira
Marcio Macedo da Costa

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Aloísio Lopes Pereira de Melo
Claudia da Costa Martinelli Wehbe

COMUNIDADE CIENTÍFICA

Emílio Lèbre la Rovere
José Antonio Marengo

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Antonio Divino Moura
Derli Dossa

FORUM BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Luiz Pinguelli Rosa
Neilton Fidelis da Silva

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Marco Antonio Pereira de Oliveira Silva
Sergio Luiz Siebra Moreira

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Rubens Harry Born
Fernanda Carvalho

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Alexandre Comin
Fernanda Bocorny Messias

ENTIDADE EMPRESARIAL DO SETOR INDUSTRIAL

Shelley de Souza Carneiro
Nelson Pereira dos Reis

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

João Luiz Guadagnin
José Carlos Zukowski

ENTIDADE EMPRESARIAL DO SETOR RURAL

Luiz Fernando do Amaral
Fabio Nogueira de Avelar Marques

MINISTÉRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Carlos Afonso Nobre
Mercedes Bustamante

TRABALHADORES RURAIS, AGRICULTURA FAMILIAR E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Rosicléia dos Santos
Elizário Noé Boeira Toledo

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

André Odenbreit Carvalho
Fernando de Azevedo Silva Perdigão

TRABALHADORES DA ÁREA URBANA

Carmen Foro
Antonio Silvan de Oliveira

MINISTÉRIO DAS CIDADES

João Alencar Oliveira Junior
Viviana Simon

ESTADOS

Marcia Valle Real
Josilene Ticianelli Vannizini Ferrer

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Altino Ventura Filho
Hamilton Moss de Souza

MUNICÍPIOS

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho
Ary Martini

EQUIPE TÉCNICA FUNDO CLIMA

Karen Regina Suassuna – Diretora

Marcos Estevan Del Prette – Gerente

Delio Noel Carvalho – Gestor Público

Sergio Cortizo – Gestor Público

Valesk Rebouças – Técnica Especialista

Eli Alves – Assessor Técnico

Vinícius Proença – Técnico Administrativo

Carmen Tavares Collares Moreira – Analista Ambiental

Fábio Henrique Moraes dos Santos – Analista Ambiental

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

- 1. RECURSOS ORÇADOS**
- 2. ORÇAMENTO 2011 - CARTEIRA DE PROJETOS**
 - 2.1. Recursos Aplicados em 2011**
 - 2.2. Projetos Existentes**
 - 2.3. Recursos Orçamentários previstos para 2012**
- 3. ÁREAS, TEMAS E REGIÕES PRIORITÁRIAS**
 - 3.1. Recursos Não Reembolsáveis**
 - 3.2. Recursos Reembolsáveis**
- 4. APLICAÇÃO**
 - 4.1. Modalidades de Seleção**
 - 4.2. Formas de Execução**
 - 4.3. Volume de Recursos por Área e Tema para 2012**
- 5. PAGAMENTO AO AGENTE FINANCEIRO**

ANEXO - QUADRO RESUMO – PAAR 2012 Não Reembolsável
ANEXO – QUADRO RESUMO – PAAR 2012 Reembolsável

APRESENTAÇÃO

O Plano Anual de Aplicação de Recursos – PAAR do Fundo Clima deve ser elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente e apresentado ao Comitê Gestor do Fundo para aprovação, conforme o Decreto nº 7.343/2010 e a Lei nº 12.114/2009, instrumentos jurídicos que regulam a atuação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.

O artigo 5º do Decreto estabelece que o PAAR deve conter: informações básicas sobre o andamento dos projetos em execução, o orçamento destinado e os recursos disponíveis para aplicação, as prioridades gerais e específicas para o ano, o detalhamento das modalidades de seleção, formas de aplicação e limites dos recursos alocados, bem como o limite de despesas para pagamento do agente financeiro.

A proposta contida neste PAAR levou em consideração as linhas de financiamento sugeridas no âmbito do Comitê Gestor ou por entidades públicas e privadas, além de ter sido objeto de discussão prévia com vários parceiros e agentes interessados. O contexto para sua formulação considerou ainda as lições aprendidas em 2011, o primeiro ano de operação do Fundo, cujas limitações e desafios foram descritas no Relatório do Fundo Clima 2011.

Nesse processo, foram realizadas oficinas setoriais com as diretorias do MMA, com representantes do Grupo Executivo sobre Mudança do Clima, com representantes do Comitê Gestor, antes de ser submetido à plenária do mesmo Comitê Gestor do Fundo Clima.

Além disso, o inciso III, do art. 9º do Decreto acima mencionado prevê, dentre as competências do Comitê Gestor, estabelecer diretrizes, com frequência bienal, e prioridades para aplicação dos recursos, consoante o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº12.187/2009). As diretrizes definidas para o biênio 2011 – 2012, na 1ª Reunião Extraordinária do Comitê Gestor, em fevereiro de 2011, foram as seguintes:

- Na área de mitigação, ações relacionadas ao cumprimento dos objetivos estabelecidos nos planos setoriais, com recursos preferencialmente reembolsáveis, a saber: combate ao desmatamento dos biomas brasileiros, geração e distribuição de energia elétrica, agropecuária, produção de carvão vegetal e melhoria dos processos na siderurgia, transporte público urbano e sistemas modais de transportes interestadual de carga e passageiros, indústria de transformação e bens de consumo duráveis, indústrias químicas, fina e de base, indústria de papel e celulose, mineração, indústria da construção civil, serviços de saúde.
- Na área de adaptação, ações estratégicas relacionadas às áreas identificadas como as mais vulneráveis, com recursos não reembolsáveis, a saber: elaboração da estratégia nacional de adaptação às mudanças climáticas e aos seus efeitos, áreas susceptíveis à desertificação (incluindo o combate à seca e uso responsável dos recursos hídricos), zona costeira, sistemas de prevenção e alerta de desastres naturais.

Os itens contidos nesse documento consolidam, assim, as diretrizes e as linhas de ação do Fundo Clima para o corrente ano de 2012.

1. RECURSOS ORÇADOS

A Lei nº 12.595/2012, que estima a receita e fixa as despesas do Orçamento da União para 2012, definiu o orçamento do Fundo Clima no montante total de R\$393.727.000,00 (trezentos e noventa e três milhões, setecentos e vinte e sete mil reais).

Deste total, R\$29.706.000,00 (vinte e nove milhões e setecentos e seis mil reais), equivalente a 7,5% do total, são destinados ao Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Unidade 44.902) do Ministério do Meio Ambiente (órgão 44000) e R\$364.021.000,00 (trezentos e sessenta e quatro milhões e vinte e um mil reais), equivalente a 92,5% do total, são destinados à Unidade 74.916, Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – Ministério do Meio Ambiente, órgão 74000, na rubrica Operações Oficiais de Crédito.

Da parcela destinada diretamente ao MMA, R\$ 29.100.000,00 (vinte e nove milhões e cem mil reais) destinam-se a aplicações em projetos com recursos não reembolsáveis e R\$606.000,00 (seiscentos e seis mil reais) estão destinados ao Programa de Gestão e Manutenção. Dos recursos aqui mencionados, 59,75% estão destinados a Investimentos e 40,25% estão destinados a Outras Despesas Correntes.

Da parcela destinada a Operações Especiais: Financiamentos com Retorno, R\$360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais) são destinados à aplicação em projetos e R\$4.021.000,00 (quatro milhões e vinte e um mil reais) são recursos para pagamento do Agente Financeiro.

ORÇAMENTO 2012 – QUADRO-RESUMO

Em R\$ 1,00

Ação Orçamentária	Finalidade	GRUPO NATUREZA DESPESA	Valor	% - Participação
Fomento a Estudos, Projetos e Empreendimentos que visem à Mitigação e à Adaptação à Mudança do Clima.	Atender despesas com projetos aprovados pelo Comitê do FNMC (Recursos Não reembolsáveis)	OUT.DESP.CORRENTES	11.450.000,00	2,9
		INVESTIMENTOS	17.650.000,00	4,5
SUBTOTAL			29.100.000,00	7,4
Administração da Unidade.	Atender despesas de manutenção	OUT.DESP.CORRENTES	506.000,00	0,1
		INVESTIMENTOS	100.000,00	0,1
SUBTOTAL			606.000,00	0,2
Financiamento de Projetos para Mitigação e adaptação à Mudança do Clima	Atender despesas com projetos aprovados pelo Comitê do FNMC (Recursos reembolsáveis)	INVERSÕES FINANCEIRAS	360000000	91,4
SUBTOTAL			360.000.000,00	91,4
Remuneração de Serviço do Agente Financeiro do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.	Atender despesas com pagamento ao Agente Financeiro (BNDES)	OUT.DESP.CORRENTES	4.021.000,00	1,0
SUBTOTAL			4.021.000,00	1,0
TOTAL			393.727.000,00	100,0

2. ORÇAMENTO – 2011 – CARTEIRA DE PROJETOS

Os projetos atualmente existentes em carteira, no Fundo Clima, dizem respeito aos recursos não reembolsáveis, uma vez que as operações com os recursos reembolsáveis estão disponíveis aos interessados a partir de 2012. Não houve, assim, aplicação direta em projetos com recursos reembolsáveis.

Em 2011, estes últimos foram transferidos integralmente ao BNDES, porém, apenas ao final do exercício, uma vez que, para viabilizar o processo de transferência, foi necessário cumprir diversas etapas, a saber:

- a) implantação, pelo BNDES, de um sistema administrativo e financeiro interno, denominado “Programa Fundo Clima” (Resolução BNDES nº 2.180/2011);
- b) a publicação de resolução do Banco Central do Brasil – BACEN, regulamentando as condições de financiamento; e
- c) celebração de contrato para transferência dos recursos financeiros ao BNDES.

Estão especificados, a seguir, os recursos aplicados e os projetos contratados.

2.1. Recursos Aplicados em 2011

O Fundo Clima obteve, em relação aos recursos orçamentários disponíveis em 2011, uma execução orçamentária total (reembolsável e não reembolsável) da ordem de **98,15%** (noventa e oito ponto quinze por cento).

Foi comprometido com projetos não reembolsáveis o montante de R\$ 30.316.708,06 (trinta milhões, trezentos e dezesseis mil, setecentos e oito reais e seis centavos). Cabe observar que os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA 2011 - para aplicações não reembolsáveis, no montante de R\$ 29.727.463,00 (vinte e nove milhões, setecentos e vinte e sete mil, quatrocentos e sessenta e três reais), foram integralmente aplicados, acrescidos da reabertura de crédito especial, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) referente ao exercício de 2010, cujos limites orçamentários foram disponibilizados no final do exercício de 2011.

No quadro a seguir, demonstra-se a execução dos recursos não reembolsáveis por linha de ação, com o percentual significativo da execução dos projetos contratados com relação ao previsto no PAAR 2011:

ESPECIFICAÇÃO	PAAR	CONTRATADO	%
LINHA 1: Adaptação - Desenvolvimento Tecnológico	4.000.000,00	4.096.128,00	102%
LINHA 2: Adaptação - Combate à desertificação	6.000.000,00	5.893.641,92	98%
LINHA 3: Adaptação - Campanha Educacional Lixo Urbano	5.000.000,00	5.000.000,00	100%
LINHA 4: Adaptação - Componente "Adaptação" do PNMC	2.000.000,00	0,00	0%
LINHA 5: Adaptação - Sistemas de alerta contra desastres naturais	10.000.000,00	2.226.450,00	22%
LINHA 6: Mitigação - MRV, Sistemas de monitoramento de GEE	2.000.000,00	0,00	0%
LINHA 7: Adaptação - Recuperação de Áreas de Mineração	2.000.000,00	2.164.894,20	108%
LINHA 8: Adaptação - Estudos para adaptação em erosão costeira	2.000.000,00	1.987.699,98	99%
LINHA 9: Adaptação - Planos Setoriais de Mudanças do Clima	1.000.000,00	983.596,80	98%
LINHA EMERGENCIAL		7.631.297,16	100%
TOTAL	34.000.000,00	30.316.708,06	89%

As linhas de ação 4 e 6 não lograram êxito por não ter havido tempo suficiente para serem executadas, dadas as exigências documentais do processo administrativo e jurídico. Já a linha 5 conseguiu executar apenas parte do valor disponibilizado, pois haveria necessidade de licitação internacional de parte dos recursos e o tempo disponível também era escasso. Vale ressaltar que as linhas 5 e 6 foram dirigidas a instituições específicas, ao passo que a linha 4 foi de livre concorrência.

As demais linhas de ação obtiveram alta proporção de execução em relação aos respectivos recursos previstos. Isso significa que os recursos alocados emergencialmente ao final do ano, no valor de R\$ 7.964.297,16 (sete milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, duzentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos) completaram a lacuna deixada pelos projetos não contratados das linhas 4, 5 e 6.

2.2. Projetos Existentes

Em 2011, foram contratados, 23 (vinte e três) projetos, dos quais 10 (dez) são descentralizações de créditos a órgãos do Governo Federal e 13 (treze) são convênios com Estados, Municípios e

entidades privadas sem fins lucrativos. Os quadros abaixo apresentam os projetos contratados por natureza da instituição contemplada e seus respectivos recursos aplicados.

a) Por meio de *convênio*:

**FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA
PROJETOS CONTRATADOS - CONVENIOS**

PROCESSO	CONVENIENTE	VALOR
02000.002114/2011-81	Prefeitura Municipal de Petrolina	1.116.624,00
02000.001971/2011-63	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará – EMATERCE	577.574,92
02000.002121/2011-82	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - CE	198.873,00
02000.001965/2011-14	REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano	2.204.680,00
02000.002119/2011-11	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe	1.007.770,00
02000.001960/2011-83	Fundação de Desenvolvimento Sustentável do Araripe	418.024,00
02000.001980/2011-54	Universidade de São Paulo	228.899,98
02000.001974/2011-05	Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá	1.305.518,00
02000.001968/2011-40	Associação de Desenvolvimento de Produtos da Socio-Biodiversidade – Fitovida	239.783,00
02000.002118/2011-69	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – PE	2.443.860,00
02000.002117/2011-14	Prefeitura Municipal de Irauçuba – CE	120.263,00
02000.001977/2011-31	Instituto Cultural Inhotim	1.865.240,00
02000.001963/2011-17	Secretaria de Desenvolvimento Economico e Tecnológico – PI	356.800,00
TOTAL		12.083.909,90

b) Por meio de *descentralização de crédito*:

**FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA
PROJETOS CONTRATADOS – DESCENTRALIZAÇÕES**

PROCESSO	ÓRGÃO	VALOR
02000.001915/2011-29	Ministério Ciência e Tecnologia	2.226.450,00
02000.001745/2011-82	Ministério da Agricultura	484.700,00
02000.001683/2011-17	Secretaria de Comunicação – PR	5.000.000,00
02000.002061/2011-06	Ministério da Pesca e da Aquicultura	498.896,80
02000.001981/2011-07	Universidade Federal de Pernambuco	486.000,00
02000.002293/2011-56	Universidade Federal de Goiás	299.654,20
02000.001978/2011-85	Universidade Federal do Rio Grande – RS	239.000,00
02000.002497/2011-97	Universidade Federal do Rio Grande – RS	1.964.297,16
02000.002480/2011-30	Universidade Federal de Santa Catarina	1.033.800,00
02000.002445/2011-11	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE	6.000.000,00
	TOTAL	18.232.798,16

2.3. Recursos orçamentários previstos para 2012

Considerando o orçamento para o exercício de 2012, as linhas de ação do PAAR 2011 que não foram executadas ou executadas parcialmente, bem como os recursos de projetos aprovados em 2011 cujo desembolso deve ocorrer no exercício de 2012, os recursos disponíveis para novos projetos são menores que aqueles orçados.

Na linha de ação nº 2 – Manejo Florestal Comunitário, Pesquisa e Desenvolvimento e Difusão de Tecnologias para Melhor Convívio com o Semiárido –, 3 (três) proponentes tiveram os recursos empenhados e cancelados no final do exercício de 2011, por falta de tempo hábil para assinatura do convênio, o que totalizou o montante de R\$1.361.088,08 (um milhão, trezentos e sessenta e um mil, oitenta e oito reais e oito centavos).

Nas linhas de ação do PAAR 2011 de nº 4 – Componente “Adaptação” do Plano Nacional sobre Mudança do Clima – e de nº 6 – Sistemas de Monitoramento de GEE para Florestas e Agricultura –, o valor de R\$2.000.000,00 para cada uma não foi executado. Porém, o valor necessário para o projeto aprovado na Linha de Ação nº 4 é de R\$1.864.000,00 (um milhão, oitocentos e sessenta e quatro mil reais), estabelecido no processo de avaliação.

Além disso, a linha de ação 5 – Sistemas de Alerta contra Desastres Naturais – foi executada parcialmente, pois, de um limite estimado de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), foi utilizado apenas o valor de R\$2.226.450,00 (dois milhões, duzentos e vinte e seis mil e quatrocentos e cinquenta reais).

Acrescente-se, também, que dos projetos contratados em 2011, quatro apresentam desembolso para 2012, totalizando o montante de R\$1.911.557,80 (um milhão, novecentos e onze mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos).

Assim, os recursos previstos no exercício de 2011 e não executados, serão, por decisão do Comitê Gestor, empenhados no orçamento de 2012, o que totaliza o valor de R\$ 14.910.195,88 (quatorze milhões, novecentos e dez mil, cento e noventa e cinco reais e oitenta e oito centavos.)

Em conclusão, há disponível para 2012 recursos no montante de **R\$ 14.189.804,12 (quatorze milhões, cento e oitenta e nove mil, oitocentos e quatro reais e doze centavos)**, para aplicação em novos projetos com **recursos não reembolsáveis**.

Com relação aos recursos reembolsáveis, a disponibilidade para 2012 é R\$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais) que serão transferidos ao BNDES.

3. ÁREAS, TEMAS E REGIÕES PRIORITÁRIAS

O PAAR 2012 levou em consideração o desempenho e as limitações contidas no PAAR 2011. Para tanto, houve uma reformulação no formato de apresentação das linhas de ação.

As linhas de ação do PAAR 2012 foram rearranjadas e agrupadas por *Áreas* e *Temas* a fim de proporcionar maior clareza na relação entre a destinação dos recursos e as diretrizes da Política Nacional de Mudança do Clima. Nesse sentido, os *Temas* propostos para desenvolvimento devem, doravante, estar integrados a *Áreas* definidas nos incisos do parágrafo 4º do artigo 5 da Lei nº 12.114/2009. Portanto, a linha de ação deverá ser constituída por uma *Área* e seu respectivo *Tema*, podendo ocorrer dentro de uma mesma *Área* diversos *Temas*.

Quanto às regiões prioritárias, embora a maioria das linhas de ação reembolsáveis e não reembolsáveis seja de âmbito nacional, foram definidas para algumas linhas uma abrangência territorial específica, tais como as *Áreas Susceptíveis à Desertificação*, o *Semi-árido*, a *Caatinga* e o *Cerrado*, as *Regiões Metropolitanas*.

3.1. Recursos Não Reembolsáveis

Em relação aos Recursos não Reembolsáveis, o PAAR 2012 apresenta 5 áreas e 14 temas. Desses 14 temas, 6 temas provêm do PAAR 2011 e 8 temas são novas linhas de ação (Ver Anexo – Quadro Resumo PAAR 2012 – Recursos não Reembolsáveis).

- **Área 1 - Desenvolvimento e Difusão Tecnológica**

A proposta desta *Área* é financiar projetos que possam melhorar as condições de vida de populações vulneráveis através de inovação ou difusão de técnicas ou tecnologias que também agreguem ganho na perspectiva ambiental para mitigação ou adaptação. Considera-se que alguns segmentos populacionais vulneráveis são, por diversas circunstâncias, induzidos a condutas que impactam o meio ambiente. Um exemplo seria a coleta e o uso da lenha de mata nativa para fornecimento de energia. Os recursos disponibilizados visam, portanto, a reorientar condutas impactantes e, concomitantemente, elevar o padrão de vida destas comunidades, oferecendo a possibilidade de mitigação ou adaptação aos efeitos da mudança do clima..

Foi mantida a linha 1 de 2011, para conclusão de saldo orçamentário, e foi aberta uma linha 2, com o Tema *Apoio à inovação e difusão de tecnologias em adaptação e mitigação aos efeitos da mudança do clima com benefício às populações vulneráveis*, destinada a projetos em todo o território nacional. O Tema precisou ser revisto, uma vez que, tanto o edital, quanto os projetos inscritos em 2011 tiveram dificuldades em definir e comprovar “tecnologias premiadas” voltadas para algo tão recente quanto adaptação e mitigação às mudanças do clima. Além disso, a destinação territorial para a região nordeste restringiu ainda mais o escopo da linha e seu público-alvo, ampliando-se, em 2012, para todo o território nacional.

- **Área 2 – Práticas Adaptativas para Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido**

A *Área* visa ao financiamento de projetos com ênfase no aproveitamento múltiplo dos produtos florestais e capazes de identificar e aproveitar o potencial do bioma Caatinga para outras fontes de renda. Também foca a prática de restauração ecossistêmica a partir da constatação de que o bioma - único no mundo - tem-se degradado, sobretudo no que se refere ao solo. As áreas prioritárias são aquelas definidas no referencial de Áreas Susceptíveis à Desertificação, limites geográficos da região com acelerado processo de desertificação.

A *Área* foi contemplada com o Tema *Manejo florestal de uso múltiplo integrado, restauração ecológica e difusão de tecnologias para melhor convívio com o semi-árido*, voltado para as Áreas Susceptíveis à Desertificação de acordo com mapas publicados periodicamente pelo Ministério do Meio Ambiente. Em relação a 2011, houve a necessidade de ampliação do público-alvo, uma vez que a limitação a ONGs e governos municipais acarretou dificuldades no processo de comprovação documental e parcerias com as universidades ou empresas públicas federais poderiam dar maior celeridade ao processo. Esta *Área* mantém, também, duas linhas de ação do PAAR 2011, das quais uma representa a disponibilização de saldo orçamentário de projetos com desembolso em 2012 e, outra, de projetos selecionados em 2011 e que ainda podem ser contratados em 2012.

- **Área 3 – Educação, Capacitação, Treinamento e Mobilização**

A *Área* contém 2 temas a serem desenvolvidos:

Tema de Campanha educacional e mobilização, que atende à necessidade de divulgação para a sociedade da questão climática e da necessidade de engajamento da população na busca de

soluções. Frequentemente, problemas são gerados ou agravados por falta de informação do público acerca da questão. O conhecimento, nesse sentido, representa o passo inicial para uma mudança no comportamento das pessoas. Embora tenham um efeito de difícil mensuração e muitas vezes demorado, as campanhas educacionais e de mobilização constituem um investimento seguro em situações que requerem novos padrões de comportamento.

Tema Capacitação e treinamento para a mudança do clima, que pretende atender a uma preocupação expressa por membros do Comitê Gestor do Fundo Clima, qual seja, a pouca disponibilidade de profissionais no país com conhecimento na área de mudanças climáticas. Nesse contexto, a linha visa a estimular a formação de recursos humanos capazes de responder à crescente demanda por conhecimento no assunto. Também se procura destinar recursos para apoio ao Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, a entidade brasileira que reúne esforços para a produção e divulgação de conhecimentos pertinentes ao tema Mudanças Climáticas no Brasil.

- **Área 4 – Adaptação da Sociedade e Ecossistemas**

Esta Área possui 3 temas:

Tema Componente adaptação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima equivale ao desenvolvimento da linha de ação aprovada no ano de 2011 e que deve ser executada com o orçamento de 2012.

Tema Aplicação de metodologias de mapeamento das vulnerabilidades à perda de biodiversidade nos biomas brasileiros: a biodiversidade constitui um dos maiores patrimônios do país e a sua proteção representa, ao mesmo tempo, um desafio e um grande investimento. Além das ameaças já existentes a esse patrimônio, as mudanças climáticas podem igualmente impactar biomas e precisam ser devidamente consideradas em uma estratégia nacional de preservação do recurso. Assim, esta linha constitui o primeiro passo em uma política futura capaz de lidar com as ameaças trazidas pelas mudanças do clima aos biomas brasileiros e suas repercussões na riqueza faunística e florística dos diversos biomas nacionais.

Tema Planos de gestão territorial e ambiental em terras indígenas: a preocupação com segmentos sociais mais vulneráveis às mudanças climáticas está no âmago desta linha. Propõe-

se aqui uma iniciativa voltada à melhoria das condições de vida em comunidades indígenas aliada à preservação ambiental. Espera-se que a linha financie a elaboração de metodologias a serem utilizadas na elaboração de planos de gestão das terras indígenas, nos mesmos moldes daqueles utilizados em unidades de conservação. A partir da disponibilidade desses planos, será buscado o financiamento para as ações e programas neles previstos. .

- **Área 5 - Monitoramento e Avaliação**

Esta *Área* apresenta 4 temas:

Tema Sistemas de alerta contra desastres naturais: equivale à linha de ação aprovada em 2011, que se encontra em desenvolvimento e possui desembolso no orçamento de 2012.

Tema Sistemas de alerta contra desastres naturais – secas: nos mesmos moldes da anterior, esta linha foca o comportamento proativo em relação à iminência de extremos climáticos, mas desta vez orientada para regiões com histórico de ocorrência de secas e estiagens prolongadas. Espera-se que a linha de atuação seja capaz de produzir informações que sejam utilizadas no desenvolvimento de mecanismos, programas e políticas capazes de levar à superação do risco social e ambiental que a seca provoca em diversos estados e regiões do país.

Tema Sistemas de monitoramento de emissões estaduais: o desenvolvimento de sistemas estaduais de monitoramento visa facilitar o monitoramento das emissões no país a partir de um acompanhamento do que se passa no plano estadual. Para os estados, a existência de dados servirá para, por exemplo, dispor de informações sobre as melhores formas de se investir os recursos destinados à mitigação e adaptação.

Tema Sistemas de monitoramento de GEE para florestas e agricultura: equivale à linha de ação aprovada em 2011 e que possui desembolso em 2012.

A proposta para 2012 considera que as linhas 7, 8 e 9 do PAAR 2011 cumpriram, no primeiro momento, os seus objetivos e que poderão ser melhor avaliadas assim que os projetos contratados forem sendo desenvolvidos, podendo ou não serem reabertas no futuro. São elas, respectivamente: Recuperação de Áreas Degradadas por Mineração; Estudos para Adaptação em Erosão Costeira; Planos Setoriais de Mudanças do Clima. Tais linhas não integrarão, em um

primeiro momento, a Chamada Pública de 2012, entretanto, continuam integrando projetos apoiados pelo Fundo Clima.

3.2. Recursos Reembolsáveis

Em relação aos Recursos Reembolsáveis, há que se garantir um tempo maior para a avaliação do desempenho das linhas de ação programadas para 2011, cujos recursos estarão à disposição no corrente ano de 2012. Assim, as sete Linhas de Ação programadas em 2011 continuam as mesmas para o PAAR 2012, reagrupadas em 4 áreas, a saber: Infraestrutura, Energias Renováveis, Indústria e Combate à Desertificação (Ver Anexo – Quadro Resumo – PAAR 2012 – Recursos Reembolsáveis). Os projetos relacionados a cada uma das linhas de ação deverão ser apresentados diretamente ao BNDES.

- **Área 1 – Infraestrutura**

Possui um único tema, denominado *Investimentos em modais de transporte e melhoria da mobilidade urbana*, cujo objetivo é apoiar projetos que contribuam para a redução da emissão de gases do efeito estufa e de poluentes locais no transporte coletivo urbano de passageiros e para a melhoria da mobilidade urbana. Sua abrangência territorial são as regiões metropolitanas.

- **Área 2 – Energias Renováveis**

Possui três temas. O tema denominado *Desenvolvimento tecnológico (energias solar, eólica, biomassa e dos oceanos) e da cadeia produtiva para a difusão do uso de energia solar e dos oceanos*, cujo objetivo é apoiar o desenvolvimento tecnológico das mencionadas formas de energia renovável e da cadeia produtiva dos setores de energia solar e dos oceanos. Sua abrangência territorial é nacional.

O segundo tema, denominado *Geração e distribuição local de energia renovável*, tem por objetivo apoiar investimentos em geração de energia a partir do uso de biomassa, exceto cana-de-açúcar, da captura da radiação solar e dos oceanos, e da energia eólica apenas em sistemas isolados.

O terceiro tema, denominado, *Racionalização da limpeza urbana e disposição de resíduos com aproveitamento para geração de energia*, tem por objetivo apoiar projetos de racionalização da limpeza urbana e disposição final de resíduos sólidos com aproveitamento para geração de energia, excetuando-se a incineração de resíduos sólidos urbanos. Sua abrangência territorial corresponde a 153 (cento e cinquenta e três) municípios prioritários, identificados pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, considerando cidades situadas em Regiões Metropolitanas que possuem aterro sanitário e não possuem coleta seletiva de lixo.

- **Área 3 – Indústria**

Possui dois temas. O tema denominado *Investimentos em fornos mais eficientes para a produção de carvão vegetal* tem por objetivo apoiar investimentos voltados para a melhoria da eficiência e sustentabilidade da produção de carvão vegetal. Possui abrangência territorial nacional.

O segundo tema, denominado *Investimentos em máquinas e equipamentos com maiores índices de eficiência energética* tem por objetivo financiar a aquisição e a produção de máquinas e equipamentos com maiores índices de eficiência energética. Sua abrangência territorial é nacional.

- **Área 4 – Combate à Desertificação**

Possui um tema denominado *Investimentos públicos e privados em combate à desertificação* e tem por objetivo apoiar o combate à desertificação por meio de projetos de restauração e de atividades produtivas sustentáveis. Esta linha contempla a restauração de biomas (implantação, expansão e modernização de viveiros de mudas florestais, revegetação de áreas de preservação permanente, áreas de reserva legal, unidades de conservação, reservas particulares do patrimônio natural, assentamentos e terras indígenas) bem como atividades produtivas (frutos, fibras e madeiras nativas). Sua abrangência territorial consiste nas Áreas Suscetíveis à Desertificação inseridas periodicamente em Atlas próprio produzido pelo Ministério do Meio Ambiente.

4. APLICAÇÃO

4.1. Modalidades de Seleção

As modalidades de seleção de projetos do Fundo Clima são de três tipos:

- a) aplicação **Dirigida** a projetos estruturantes da Política Nacional sobre Mudança do Clima, destinada a instituições com atribuições de desenvolver ações específicas que contribuam para a mitigação das emissões e adaptação aos efeitos das mudanças do clima;
- b) aplicação em projetos de **Livre Concorrência**, por meio de editais previamente divulgados e com avaliação objetiva.
- c) **apresentação de projetos** diretamente ao BNDES.

Todas as modalidades de seleção são especificadas em Chamadas Públicas, para ampla divulgação e conhecimento geral. As modalidades *Dirigida* e *Livre Concorrência* são para aplicação de recursos não reembolsáveis, realizada diretamente pelo MMA, e aprovadas pelo Comitê Gestor do Fundo.

A modalidade *Apresentação de Projetos* é para aplicação de recurso reembolsável, com projetos apresentados diretamente ao BNDES para análise e avaliação, porém obedecendo às linhas de ação previamente definidas pelo Comitê Gestor do Fundo.

4.2. Formas de Execução

Tipo de Execução	Instrumento	Natureza da Entidade
Descentralização de crédito	Termo de Cooperação	Órgãos da Administração Pública Federal Direta e Indireta
Transferência Voluntária	Termo de Convênio	Órgãos ou Entidades da Administração Pública Estadual, Distrito Federal e Municipal. Entidades Privadas sem fins lucrativos
Contratação: Licitação, Dispensa de Licitação ou Inexigibilidade. Artigos 17, 24 e 25 da Lei 8.666/93	Termo de Contrato	Entidades Privadas sem fins lucrativos. Empresas Privadas em geral.

4.3. Volume de Recursos por Área e Tema para 2012

Os recursos de **R\$ 29.110.195,88** (**vinte e nove milhões cento e dez mil cento e noventa e cinco reais e oitenta e oito centavos**) previstos para serem desembolsados durante este exercício serão direcionados para projetos nas seguintes áreas e temas:

Área 1 - Desenvolvimento e Difusão Tecnológica

Apoio à difusão de tecnologias premiadas em adaptação e mitigação de mudanças climáticas com benefício direto para as populações mais vulneráveis - Valor - R\$ 565.348,00

Equivale à cobertura de despesas com projetos contratados em 2011 que serão desembolsadas em 2012. Assim, a linha se mantém sem abrir edital para novos projetos

Apoio à inovação e difusão de tecnologias em adaptação e mitigação aos efeitos da mudança do clima com benefício às populações vulneráveis- Valor - R\$ 2.500.000,00

Área 2 - Práticas adaptativas para desenvolvimento sustentável do semi-árido

Manejo florestal comunitário, pesquisa e desenvolvimento e difusão de tecnologias para melhor convívio com o semiárido – Valor R\$ 1.346.209,80

Equivale à cobertura de despesas com projetos contratados em 2011 que serão desembolsadas em 2012. Assim, a linha se mantém sem abrir edital para novos projetos.

Manejo florestal comunitário, pesquisa e desenvolvimento e difusão de tecnologias para melhor convívio com o semiárido - Valor R\$ 1.361.088,08

Equivale a convênios pendentes, em estágio adequado de elaboração, que não puderam ser assinados ao final do exercício e que poderiam ser reaproveitados no exercício 2012 sem passar novamente pelo processo de seleção. Entretanto, deverão ter um tempo determinado para complemento de documentação, sem o qual a linha será extinta.

Manejo florestal de uso múltiplo integrado, restauração ecológica e difusão de tecnologias para melhor convívio com o semi-árido - Valor R\$ 3.000.000,00

Área 3 - Educação, Capacitação, Treinamento e Mobilização

Campanha educacional e mobilização - Valor - R\$ 1.200.000,00

Capacitação e treinamento para a mudança do clima - Valor - R\$ 1.000.000,00

Área 4 - Adaptação da Sociedade e Ecossistemas

Componente “Adaptação” do Plano Nacional sobre Mudanças do Clima – Valor - R\$1.864.000,00

Aplicação de metodologias de mapeamento das vulnerabilidades à perda de biodiversidade nos biomas brasileiros – cobertura nacional - Valor: R\$ 1.500.000,00

Planos de gestão territorial e ambiental em terras indígenas - Valor: R\$ 3.000.000,00

Área 5 - Monitoramento e Avaliação

Sistemas de alerta contra desastres naturais - Valor: R\$ 7.773.550,00

Sistemas de alerta contra desastres naturais – Secas - Valor: R\$ 1.000.000,00

Sistemas de monitoramento de emissões estaduais - Valor: R\$ 1.000.000,00

Sistemas de monitoramento de GEE para florestas e agricultura - Valor: R\$ 2.000.000,00

5. PAGAMENTO AO AGENTE FINANCEIRO

O orçamento previsto para pagamento ao agente financeiro do Fundo Clima é de R\$4.021.000,00 (quatro milhões e vinte e hum mil reais).

ANEXO - QUADRO RESUMO – PAAR 2012

Recursos Não Reembolsáveis

e

Recursos Reembolsáveis

FUNDO CLIMA - Plano Anual de Aplicação de Recursos – 2012

Recursos Não-Reembolsáveis – Fevereiro de 2012

ÁREAS	TEMAS	REGIÕES	MODALIDADES DE SELEÇÃO	VOLUME DE RECURSOS
Área 1 Desenvolvimento e Difusão Tecnológica	Apoio à difusão de tecnologias premiadas em adaptação e mitigação de mudanças climáticas com benefício direto para as populações mais vulneráveis	Chamada pública 2011 - SALDO LINHA 1 PARA 2012		R\$ 565.348,00
	Apoio à inovação e difusão de tecnologias em adaptação e mitigação aos efeitos da mudança do clima com benefício às populações vulneráveis	Nacional	Chamada pública – edital de seleção	R\$ 2.500.000,00
Área 2 Práticas adaptativas para desenvolvimento sustentável do semi-árido	Manejo florestal de uso múltiplo integrado, restauração ecológica e difusão de tecnologias para melhor convívio com o semi-árido	Áreas Susceptíveis à Desertificação	Chamada pública – edital de seleção	R\$ 3.000.000,00
	Manejo florestal comunitário, pesquisa e desenvolvimento e difusão de tecnologias para melhor convívio com o semiárido	Chamada pública 2011 – SALDO LINHA 2 PARA 2012		R\$ 1.346.209,80
	Manejo florestal comunitário, pesquisa e desenvolvimento e difusão de tecnologias para melhor convívio com o semiárido	Chamada pública 2011 – CONVÊNIOS PENDENTES		R\$ 1.361.088,08
Área 3 Educação, Capacitação, Treinamento e Mobilização	Campanha educacional e mobilização	Nacional	Chamada pública – edital de seleção	R\$ 1.200.000,00
	Capacitação e treinamento para a mudança do clima	Nacional	Chamada pública – edital de seleção	R\$ 1.000.000,00
Área 4 Adaptação da Sociedade e Ecossistemas	Componente "Adaptação" do Plano Nacional sobre Mudanças do Clima	Nacional	Chamada pública 2011	R\$ 1.864.000,00
	Aplicação de metodologias de mapeamento das vulnerabilidades à perda de biodiversidade nos biomas brasileiros	Nacional	Chamada pública – edital de seleção	R\$ 1.500.000,00
	Planos de gestão territorial e ambiental em terras indígenas	Caatinga e Cerrado	Chamada pública – edital de seleção	R\$ 3.000.000,00
Área 5 Monitoramento e Avaliação	Sistemas de alerta contra desastres naturais	Nacional	Chamada pública 2011	R\$ 7.773.550,00
	Sistemas de alerta contra desastres naturais – Secas	Semi-Árido	Chamada pública – projeto MCT	R\$ 1.000.000,00
	Sistemas de monitoramento de Emissões estaduais	Nacional	Chamada pública – edital de seleção	R\$ 1.000.000,00
	Sistemas de monitoramento de GEE para florestas e agricultura	Nacional	Chamada pública 2011	R\$ 2.000.000,00
TOTAL				R\$ 29.110.195,88

FUNDO CLIMA - Plano Anual de Aplicação de Recursos – 2012

Recursos Reembolsáveis – Fevereiro de 2012

ÁREAS	TEMAS	REGIÕES	MODALIDADES DE SELEÇÃO
Área 1 Mitigação: infraestrutura	Investimentos em modais de transporte e melhoria da mobilidade urbana	Regiões Metropolitanas	apresentação de projetos ao BNDES
Área 2 Mitigação: energias renováveis	Desenvolvimento tecnológico (energia solar, eólica, biomassa e dos oceanos) e da cadeia produtiva para a difusão do uso de energia solar e dos oceanos	Nacional	apresentação de projetos ao BNDES
	Geração e distribuição local de energia renovável (eólica, somente em sistemas isolados, solar, biomassa, exceto bagaço de cana-de-açúcar, e oceanos)	Nacional	apresentação de projetos ao BNDES
	Racionalização da limpeza urbana e disposição de resíduos, com aproveitamento para geração de energia	153 cidades de Regiões Metropolitanas	apresentação de projetos ao BNDES
Área 3 Mitigação: Indústria	Investimentos em fornos mais eficientes para a produção de carvão vegetal	Nacional	apresentação de projetos ao BNDES
	Investimentos em máquinas e equipamentos com maiores índices de eficiência energética	Nacional	apresentação de projetos ao BNDES
Área 4 Adaptação: combate à desertificação	Investimentos públicos e privados em combate à desertificação	Áreas Susceptíveis à Desertificação (Atlas MMA)	apresentação de projetos ao BNDES
ORÇAMENTO 2012			R\$ 360.000.000,00
SALDO ORÇAMENTO 2011			R\$ 200.000.000,00
TOTAL			R\$ 560.000.000,00